VILAREALSTºANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aprovado em sessão
ordinária de
21 NOV. 2016

ATA N.º 01/2016

Ao vigésimo nono dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **Maria do Rosário Papafina Proença,** a presidir à **Mesa da Assembleia Municipal, Miguel Moreira da Costa** como **Primeiro Secretário, Alexandre Hermínio Drago Madeira** como **Segundo Secretário,** e os membros eleitos das Bancadas d**o PSD, PS, CDU e BLOCO DE ESQUERDA,** nomeadamente **António Manuel Cipriano Cabrita, Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança, Maria Alexandra Martins do Livramento, António José Cardoso Gomes, David Miguel Vasques da Silva, Lara Sofia Vairinhos Rosa, Vitor Manuel de Figueiredo Rosa, Armando José Parra da Silva, Jorge Manuel dos Santos Pinto, Maria da Conceição Freitas Granado, Luis Miguel Guerreiro Romão, José Roberto Leitão guerreiro, Ricardo Catarino Serrano dos Reis, Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro, Rosa Maria Baptista Ribeiro Cabrita, Luís Manuel da Rosa Fernandes, Rui João Gutierres Setúbal, Albertina da Piedade Fernandes Madeira, António Filipe Parra Martins, Vanda da Encarnação Matias Fernandes, Luís Manuel Negrão Vargas e José Manuel Modesto Dourado,** e conforme **Edital de 19 de fevereiro de 2016,** reuniu em sessão **ORDINÁRIA, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.**----------

ABERTURA DA SESSÃO: O 1º Secretário procedeu à chamada. No **PSD** registou-se a ausência de **José Carlos Costa Barros** que foi substituído por **António José Cardoso Gomes**, de **Lara Sofia Vairinhos Rosa** substituída por **Vítor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa** e de **Manuel da Conceição António,** substituído por **Ricardo Catarino Serrano dos Reis.** ----------

Verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão.----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA - Foi dado conhecimento dos assuntos que constam da Ordem do Dia. A **Presidente da Mesa da Assembleia** informou que a CDU apresentou à

Assembleia Municipal, por mail no dia 24 de fevereiro, a Moção "Conclusão das Obras de Requalificação da EN 125" e que dado que a moção chegou no prazo regimental será incluída na Ordem de Trabalhos – ponto 14, passando o ponto 14 para o ponto 15. ----------

Interveio **Maria Luisa Santos Currito de Oliveira e Castro** que pediu um voto de pesar pelo falecimento do Dr. António de Almeida Santos, com o seguinte texto:----------

"Porque hoje é a primeira sessão após o falecimento de uma figura que se afirmou na democracia portuguesa pelo seu exemplo ético, a sua grandeza cívica e a sua dedicação à pátria. Os membros da bancada do PS considerando que além dos cargos políticos que exerceu, tais como: deputado, presidente do Grupo Parlamentar do PS, ministro e presidente da assembleia da República, cargo que desempenhou de forma notável dado à sua grande capacidade de diálogo, conseguindo conquistar a admiração e o respeito de todos incluindo o dos adversários políticos. O seu contributo para a construção da Democracia em Portugal merece que nesta sessão seja formulado um voto de pesar seguido de um minuto de silêncio por António Almeida Santos, um "verdadeiro Príncipe da Democracia" que permanecerá na memória de todos". ----------

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou que também a autarquia se associa a esta homenagem e que em breve atribuirá o nome de uma rua ao Dr. Almeida Santos. De seguida foi feito um minuto de silêncio. ----------

Interveio **José Manuel Modesto Dourado** que disse ter chegado ao conhecimento do Bloco de Esquerda um requerimento enviado por um munícipe à Assembleia Municipal a alertar para o facto do período de suspensão parcial do PDM ter caducado, nomeadamente a suspensão parcial aprovada em 2013 e que caducou em outubro de 2015, estando a Câmara Municipal e a Assembleia a incorrer numa ilegalidade urbanística. Perguntou se a Câmara Municipal já tem resposta para o requerimento. ----------

António Filipe Parra Martins e **Vanda da Encarnação Matias Fernandes** entregaram duas saudações em nome da bancada da CDU, nomeadamente "Dia Internacional da Mulher" e "40.º Aniversário da Constituição da República e 42.º Aniversário do 25 de abril". ----------

Perguntou se já existe algum avanço relativamente à Moção aprovada na última Assembleia sobre o avanço das 35 horas de trabalho semanais para os funcionários da SGU. Referiu que o Município de Ayamonte, indo ao encontro da necessidade das populações, está a desenvolver diligências para terminar com o estacionamento pago e questionou o executivo camarário sobre a probabilidade de se fazer o mesmo em Vila Real de Santo António, opinando que esta medida seria benéfica para o comércio e população em geral. Disse ainda

considerar que as obras de saneamento básico em Monte Gordo continuam a um ritmo muito lento e perguntou para quando a conclusão das mesmas e se existe necessidade da estrada da Mata continuar fechada. ----------

Rui José Gutierres Setúbal perguntou o porquê da falta de presença dos membros do executivo camarário numa cerimónia que decorreu em janeiro na Escola de Hotelaria e Turismo de VRSA onde o Hotel Vasco da Gama foi condecorado e se existe algum atraso ou motivos técnicos para a construção de novos jazigos. ----------

Armando José Parra da Silva disse querer fazer um voto de louvor ao **Presidente da Assembleia Municipal** pelo seu desempenho na Assembleia da República em defesa dos mariscadores. ----------

Luis Manuel da Rosa Fernandes perguntou à **Vice-Presidente da Câmara Municipal** para quando a conclusão das obras de pavimentação da Estrada da Portela em Cacela.----------

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** disse a **José Dourado** que a resposta sobre o PDM está pronta e que, em breve, será enviada ao requerente. Quanto à jornada de 35 horas de trabalho semanal recordou que VRSA foi dos primeiros municípios a retomar a jornada de 35 horas, que hoje mesmo chegou à Câmara Municipal a autorização do Secretário de Estado a autorizar esta situação que já se pratica há bastante tempo e que relativamente à SGU foi pedido um parecer ao STAL, documento que está a ser analisado para se saber da legalidade da aplicação das 35 horas na empresa municipal. Informou ainda que se aguardam as respostas aos pareceres, igualmente solicitados à Associação Nacional de Municípios, à Direção Geral de Finanças e à DGAL. ----------

Relativamente ao POVT informou que houve atrasos devido às obras nas caixas de esgoto mas que esta semana tem início a pavimentação da zona do Parque de Campismo e que as obras estarão concluídas dentro de duas semanas. ----------

Comunicou que a ausência na cerimónia do Hotel Vasco da Gama deveu-se a compromissos já assumidos anteriormente e que esteve presente o Dr. Luis Romão. ----------

Quanto à estrada da Portela transmitiu que a mesma poderá não ter uma resolução para muito breve mas que a Câmara Municipal está a fazer um levantamento das necessidades de obras nas estradas para iniciar as mesmas em Vila Nova de Cacela. ----------

Transmitiu ainda que a construção de novos jazigos no cemitério deveria ter começado há bastante tempo mas que a empresa que ganhou o concurso abriu falência o que fez com que se tivesse que abrir novo concurso que permitiu que atualmente se estejam a construir 180 jazigos no cemitério municipal. ----------

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu de seguida início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA,** começando o mesmo com o ponto:----------

1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES; onde se deu conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente dos mails do Grupo Parlamentar do PCP apresentados à Assembleia da República sobre: ----------

. Projeto de resolução sobre as obras de requalificação da EN125; ----------

. Proposta de reversão do processo de fusão dos hospitais algarvios num único centro hospitalar; ----------

. Pergunta ao Governo sobre a monitorização e remoção do amianto nos centros de saúde do Algarve e respetiva resposta; ----------

. Pergunta ao Governo sobre os atrasos na distribuição de correio pelos CTT no Algarve;-------

. Resposta do Governo à pergunta do PCP sobre a dramática falta de médicos especialmente no Centro Hospitalar do Algarve ----------

-Deu-se ainda conhecimento do: ----------

. Ofício do Sr. Primeiro-ministro a acusar a receção da Moção "Acórdão do Tribunal Constitucional n. 494/2015 sobre as 35 horas de trabalho semanal"; ----------

. Ofício da AMAII– Associação Nacional dos Movimentos Autárquicos; ----------

. Ofício que acompanha o Relatório de Atividades da CPCJ relativo ao ano de 2015, com a informação que o respetivo Relatório será enviado por mail a todos os deputados; ----------

. Ofício a dar conhecimento da Moção aprovada em Assembleia Municipal de Faro sobre a atuação da Sociedade Polis Litoral Ria Formosa; ----------

. Parecer do STAL sobre a aplicação de 35 horas de trabalho semanal aos trabalhadores da SGU.----------

Foi ainda dado conhecimento dos processos remetidos, para conhecimento, pela Câmara Municipal a esta Assembleia, nomeadamente: ----------

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATUALIZAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE CARTOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO; ----------

- GARANTIA PARA EQUIPAMENTO CISCO, SOLUÇÃO DE BACKUP IBM E CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE PREVENÇÃO E CORREÇÃO DE EVENTUAIS ANOMALIAS – 2016 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUIAS; ----

- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO DE ELEVADORES, MONTA – CARGAS, TAPETES ROLANTES E ESCADAS MECÂNICAS - RENOVAÇÃO – 2015/2016 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO. ----------

Foram distribuídas pelas bancadas cópias de todos os documentos atrás descritos.----------

2. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS N.ºs 3 E 4 DE 2015; - As Atas foram colocadas a discussão e votação, sendo as mesmas aprovadas com as abstenções dos membros ausentes nas respetivas reuniões. ----------

3. DESIGNAÇÃO DE CIDADÃO PARA SUBSTITUIR ELEMENTO DA CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS DE JOVENS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; - A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** informou que o Dr. Alexandre Drago atingiu o tempo limite de permanência (9 anos) na CPCJ pelo que terá de ser substituído. **António Manuel Cipriano Cabrita** propôs que a substituta fosse **Maria Alexandra Martins do Livramento.** Havendo **UNANIMIDADE** na escolha, a deputada passará a fazer parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Real de Santo António. ----------

4. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DE 30 IMÓVEIS À CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS – FUNDO CIDADES DE PORTUGAL; - Presente a Proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de Câmara extraordinária de 19 de Fevereiro. ----------

José Manuel Modesto Dourado referiu que o voto do BE é favorável dado que o partido concorda com todas as medidas que possam colmatar as carências habitacionais mas que considera que as rendas impostas pela Caixa Geral de Depósitos são excessivas na medida em que a maior parte das pessoas inscritas têm carências económicas. Nesse sentido perguntou se está a Câmara Municipal disponível ou tem força negocial para apresentar uma contra proposta à CGD ou se tem condições para comparticipar o pagamento dessas rendas.

António Filipe Parra Martins informou que a CDU votará favoravelmente e alertou para o subarrendamento de imóveis por parte de alguns arrendatários em Monte Gordo e VRSA. Referiu ainda que alguns destes prédios não têm certos equipamentos a funcionar como painéis solares, elevadores, iluminação e campainhas e opinou que se deve salvaguardar que estes casos se resolvam. ----------

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** explicou que todos esses processos de arrendamento eram enviados para a CGD, que a maioria dos candidatos e dos processos não reunia condições o que fazia com que viessem devolvidos e acrescentou: *"A Câmara Municipal renegociou com a CGD para que fosse a autarquia o arrendatário para*

subarrendar os apartamentos a essas pessoas. O desejável seria que houvesse rendas mais em conta. Havendo arrendatários da câmara e do IHRU existem algumas questões que ainda não se conseguiram resolver. Vamos iniciar visitas a esses prédios e assim sendo convido os deputados interessados em participar nessas visitas para o fazerem." ----------

António Manuel Cipriano Cabrita opinou que com este contrato de arrendamento de imóveis, a Câmara cumpre com o que prometeu, disponibilizando mais habitação à população. ----------

Vanda da Encarnação Matias Fernandes sugeriu que os arrendatários devem estabelecer um condomínio que zelará pela manutenção dos equipamentos e do edifício. ----------

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** fez referência à necessidade de haver um acompanhamento/aconselhamento por parte da Ação Social aquando da atribuição das casas como forma de ensinar a preservar as habitações. ----------

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que os condomínios estão formados mas por vezes a convivência é difícil, que as técnicas da Ação Social têm um trabalho muito meritório porque efetuam visitas sistemáticas às habitações dos dozes bairros sociais existentes e opinou que seria importante haver mais pessoas a trabalhar nestas questões, inclusivamente da sociedade civil. ----------

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **UNANIMIDADE.** ----------

5. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS DE TRÊS IMÓVEIS NO CENTRO HISTÓRICO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 19 de fevereiro, com a abstenção do Vereador José Cruz. ----------

José Manuel Modesto Dourado interveio para dizer que o BE sempre defendeu e defenderá a necessidade da reabilitação urbana e de revitalização do Centro Histórico. Disse ainda: *"Esta questão suscita muitas dúvidas e críticas já que o arrendamento dos três imoveis é feito à mesma entidade o que significa coerência turística e de empreendedorismo. E a lei da concorrência? O PSD, que se diz um partido ultraliberal, quer entregar este arrendamento a uma única entidade? Não estamos a descaraterizar o Centro Histórico da cidade ao entregar por trinta anos a privados determinados imóveis para empreendimentos turísticos? O BE defende outro tipo de modelo de cidade. Defende a fixação da população residente nos Centros Históricos e o aproveitamento dos imóveis públicos para uso público".* Sugeriu a criação do espaço da juventude de VRSA. ----------

António Manuel Cipriano Cabrita respondeu que não se trata de concorrência mas sim de dimensão e acrescentou: *"A concorrência faz-se pelo concurso público e conquista-se ao criar todas estas áreas alternativas. O que nós precisamos neste momento é ter mais capacidade de alojamento para podermos oferecer a nossa zona como verdadeiro destino turístico de qualidade e com boas dimensões".* ----------

Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança disse não perceber a ótica do BE ao considerar que tudo que é privado não é bom. Considerou que não se pode falar de descaracterização da zona histórica porque esta está perfeitamente delimitada e regulamentada, que está provado que a existência de unidades hoteleiras nos centros históricos representa uma atração e que o setor privado é o motor de qualquer economia. ----------

Ricardo José Madeira Cipriano perguntou se este procedimento de hasta pública e se estas casas turísticas se inserem nas casas turísticas previstas no PROT Algarve ou qual a classificação a dar no âmbito do enquadramento jurídico e qual o número de quartos previstos. ----------

Rui José Gutierres Setúbal questionou como vai ser enquadrado o ponto 8.17 e o ponto 9.2. já que por um lado pede-se o pagamento imediato em dinheiro e por outro diz-se que há um incentivo. ----------

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou que a traça exterior dos edifícios a arrendar irá manter-se e considerou não haver necessidade de fazer um concurso para cada edifício tendo em conta as suas pequenas dimensões. A **Ricardo Cipriano** disse considerar a sua questão pertinente mas que a resposta depende da entidade a quem for adjudicado o concurso. A **Rui Setúbal** respondeu que no caderno de encargos está referido que quem ganhar o concurso deverá ser responsabilizado pelas obras interiores e acrescentou: *"É necessário haver entradas de dinheiro e depois daremos o período de carência de um ano para que a entidade possa fazer as obras".* ----------

A proposta foi aprovada por **MAIORIA** com o voto contra do **BE** e a abstenção dos membros da bancada do **PS.** ----------

Foi lida e entregue Declaração de Voto da bancada do **BE**. ----------

6. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO PROGRAMA DE GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DE MONTE GORDO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA E.M.S.A; - Presente a Proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 19 de fevereiro, com os votos contra dos Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz. ----------

José Manuel Modesto Dourado considerou que tudo está a fugir à Câmara Municipal e que a SGU tem cada vez mais competências e acrescentou: *"É caso para dizer que qualquer dia feche-se a Câmara Municipal"*. ----------

Rui José Gutierres Setúbal referiu que o PS considera que todos estes Contratos Programa fazem esvaziar um conjunto de competências e por isso irá votar contra. Perguntou onde ficará instalado este novo hotel que está previsto nos documentos. ----------

António Filipe Parra Martins considerou que existe um esvaziamento de competências da autarquia à semelhança do que está a acontecer com as Juntas de Freguesia. ----------

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou que o hotel já estava previsto no POOC de 2005 e que ficará situado na zona poente de Monte Gordo, que a SGU deu um bom exemplo a nível do Centro Histórico e que lamenta o facto de a oposição dizer que a empresa municipal não pode gerir nada por se tratar de capitais municipais. ----------

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS**, da **CDU** e do **BE**. ----------

O **BE** apresentou Declaração de Voto. ----------

7. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VRSA NA FREGUESIA DE VRSA PARA O ANO DE 2016; Proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de 16 de fevereiro, com a abstenção do Vereador José Cruz.----------

8. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VRSA NA FREGUESIA DE MONTE GORDO PARA O ANO DE 2016; Proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de 16 de fevereiro, com a abstenção do Vereador José Cruz. ----------

9. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VRSA NA FREGUESIA DE VILA NOVA DE CACELA PARA O ANO DE 2016; Proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de 16 de fevereiro, com a abstenção do Vereador José Cruz. ----------

António Manuel Cipriano Cabrita sugeriu que os três pontos fossem votados em conjunto. –

Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro perguntou aos presidentes de junta se estão de acordo com as condições dos protocolos e se o acordado satisfaz as necessidades das Juntas de Freguesia.----------

As propostas 7, 8 e 9 foram discutidas e votadas em conjunto. ----------

Usaram da palavra os **Presidentes de Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António e Vila Nova de Cacela** e o **representante do Presidente da Junta de Freguesia de Monte Gordo**. ----------

Luis Miguel Guerreiro Romão assegurou estar satisfeito com as competências da sua Junta de Freguesia e frisou que, por ter uma equipa ativa e dinâmica, aspira sempre mais. Disse ser conhecedor da situação financeira da autarquia e do país e por isso aceita aquilo que lhes é oferecido. Informou que a Junta tem um plano de atividades e que o seu executivo tudo fará para que o mesmo seja cumprido não só com o apoio da Câmara Municipal mas também com a ajuda dos seus patrocinadores. Frisou ainda que existe uma excelente relação com a Câmara Municipal. ----------

José Roberto Leitão Guerreiro declarou que, ao longo da sua vida de autarca, tem cumprido sempre com todas as forças políticas que têm estado à frente do destino do Concelho e que achou que o novo Governo poderia alterar a realidade do não cumprimento da lei mas que isso não aconteceu. Disse ainda que a sua Junta de Freguesia funciona e funcionará sempre da mesma forma, com empenho e dedicação. ----------

Ricardo Catarino Serrano dos Reis disse que nem sempre é fácil cumprir com o estipulado mediante as verbas atribuídas mas que, o executivo da Junta de Monte Gordo, continuará a fazer o seu melhor para resolver os problemas da freguesia. ----------

António Manuel Cipriano Cabrita referiu que, na sua opinião, esta lei deveria ser repensada, a base do poder autárquico devia estar na freguesia, o concelho deveria ser uma entidade que ocuparia o espaço daquilo que atualmente são vários concelhos e que assim seria mais fácil de gerir. ----------

Carlos Manuel de Almeida Lança considerou que existem alguns complexos de determinados lugares em relação a outros. Lembrou que, em tempos, se falou da criação de um concelho único entre VRSA, Castro Marim e Alcoutim o que seria caminhar para a alta economia de escala. ----------

António Filipe Parra Martins lembrou que as experiências relativas à reorganização do território levaram ao afastamento dos serviços públicos e à extinção de centenas de freguesias o que veio prejudicar as populações. Opinou ainda que as competências delegadas são curtas, que o financiamento limita e que por esses motivos a bancada da CDU vai abster-se. ----------

Luis Manuel da Rosa Fernandes sublinhou que a lei já define essas preocupações através das entidades intermunicipais e consegue-se em muitas vertentes obter uma economia de escala. ----------

Vanda da Encarnação Matias Fernandes disse que, no que concerne ao que o Presidente da Junta de Freguesia de Cacela referiu, convem acrescentar que ao longo destes três anos têm-se andado a fazer protocolos que não têm nada a ver com a lei e, acrescentou: *"A justificação para não haver, de um ano para outro, alterações nos protocolos é que não há dinheiro. Existem competências que podiam ir para as Juntas de Freguesia e que vão para outras entidades. A Câmara pode vir a ter problemas porque não se está a cumprir a lei".*------

José Manuel Modesto Durado disse subscrever totalmente o que foi referido por **António Martins** e por **Luis Fernandes** porque quanto maior for o município, maior distância existe entre os eleitos e as pessoas que elegem. ----------

Colocadas a votação, as três propostas foram aprovadas por **MAIORIA** com as abstenções da **CDU** e do **BE**. ----------

A bancada da **CDU** leu e entregou uma Declaração de Voto. ----------

10. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO ACORDO PARA CONSTITUIÇÃO DE AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES E ALTERAÇÃO AO PROCEDIMENTO DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA DE RESÍDUOS; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de 19 de fevereiro, com os votos contra dos Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz. ----------

Rui João Gutierres Setúbal informou que o PS, em consonância com as decisões tomadas anteriormente, irá votar contra. ----------

António Filipe Parra Martins fez uma declaração, apensa à presente ATA. ----------

José Manuel Modesto Dourado disse subscrever a declaração de **António Martins** e afirmou que é caso para perguntar ao PSD se é para isto que gostariam que houvesse uma fusão entre municípios e se o objetivo final é entregar tudo a privados. ----------

António Manuel Cipriano Cabrita lembrou que uma das vantagens desta proposta é a criação de postos de trabalho e frisou que a sua última intervenção foi feita a título pessoal. -

Carlos Manuel de Almeida Lança afirmou que não deveria haver complexos por parte das entidades e acrescentou: *"Há um complexo do BE em relação às mudanças. Neste caso as freguesias teriam muito mais competências e nunca seria para afastar as pessoas".* ----------

A proposta foi colocada a votação e aprovado por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas da **CDU** e do **BE**. ----------

O **BE** entregou Declaração de Voto. ----------

11. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO REGIME DE REGULARIZAÇÃO E DE ALTERAÇÃO E OU AMPLIAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS E EXPLORAÇÕES DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS, PECUÁRIAS, DE OPERAÇÕES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DE EXPLORAÇÕES DE PEDREIRAS – RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL; - Presente a proposta do Vereador João Sol Pereira aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de 2 de fevereiro, com a abstenção do Vereador José Cruz. ----------

Luis Manuel da Rosa Fernandes disse que este processo é definido pela Lei 165/2014 de 5 de novembro e que neste caso existe um parecer técnico mas não existe um parecer dos serviços jurídicos da autarquia, e acrescentou: *"Esta proposta já não está em vigor já que a lei terminou no dia 2 de janeiro. O artigo 3.º define que estes processos têm de dar entrada até um ano depois para a sua regularização e esse prazo terminou a 4 de novembro de 2015. Assim, considero que este ponto deveria ser retirado até que o Gabinete Jurídico da autarquia se pronuncie sobre esta situação."*----------

O **Vereador João Sol Pereira** explicou que o pedido deu entrada no dia 21 de dezembro e o decreto-lei entrou em vigor no dia 2 de janeiro de 2015 pelo que o documento deu entrada dentro do prazo que corresponde a um ano desde a entrada em vigor do decreto-lei. Informou ainda que o período de vigência do decreto-lei já terminou mas a Associação Nacional de Municípios pediu que o prazo fosse prorrogado, e acrescentou: *"Este documento que se traz à Assembleia a votação é a declaração de interesse público na legalização deste estabelecimento e serve para instruir o processo. Se o prazo não for prorrogado não se poderá fazer nada".* ----------

Luis Manuel da Rosa Fernandes propôs que a Câmara Municipal traga, para votação, um novo documento à Assembleia após o deferimento da prorrogação. ----------

O **Vereador João Sol Pereira** referiu: *"Não se está a votar a legalização do estabelecimento, esse processo é da responsabilidade da CCDR, nós não estamos a incorrer em nenhuma ilegalidade. O artigo 24º diz que o decreto-lei entra em vigor no segundo dia útil do segundo mês que corresponde a janeiro de 2015".*----------

A Presidente da Mesa da Assembleia colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com as abstenções da bancada da **CDU** e do **BE** e um voto contra de **Luis Fernandes**, membro da bancada do **PS**. ----------

Luis Manuel da Rosa Fernandes fez a seguinte Declaração de Voto: *"Votei contra a proposta por entender que não há fundamento jurídico em virtude da lei não estar em vigor".* ----------

A bancada do **PS** apresentou a seguinte Declaração de Voto: *" A declaração de voto prende-se com o facto de se tratar de um documento que merece o nosso voto favorável na tentativa de regularizar uma situação que se encontra ilegal e porque estamos a votar o interesse público em resolver a situação".* ----------

12. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE FUNCIONAMENTO DA CASA DO AVÔ; - Presente a proposta da Vereadora Maria da Conceição Cabrita aprovada por **MAIORIA** em reunião de Câmara de 5 de janeiro, com o voto contra do Vereador Vasco Vasques. ----------

Maria Luisa Santos Currito de Oliveira e Castro opinou que a Casa do Avô deveria ter um horário mais alargado e informou que o sentido de voto da bancada do PS está de acordo com o tomado na Câmara Municipal. ----------

António Filipe Parra Martins comunicou que a CDU não vota contra o facto de existir um regulamento mas sim contra o motivo que conduz à existência do mesmo, ou seja a cobrança da mensalidade que é uma das imposições dos Planos de Resgate Financeiros do Município. Opinou que existem muitos utentes que não terão condições para pagar essa mensalidade. ----------

Luis Manuel da Rosa Fernandes referiu que os pagamentos deveriam ser escalonados doutra forma criando uma dimensão até outro patamar de rendimento, criando dois escalões progressivos. ----------

José Manuel Modesto Durado disse concordar com os dois intervenientes anteriores e que não faz sentido cobrar qualquer taxa ainda que decorra da imposição dos Planos de Resgate Financeiros. ----------

António Manuel Cipriano Cabrita explicou que esta cobrança aos utentes está definida desde a entrada em funcionamento da Casa do Avô e que a demora na sua entrada em vigor deveu-se à procura das melhores formas de aplicação da mesma, e acrescentou: *"O PAEL não impôs a cobrança deste serviço, mas considero que deve haver um retorno porque há pessoas que podem pagar uma taxa pela utilização desta valência. Os valores aplicados são dos mais baixos aplicados."* ----------

Carlos Manuel de Almeida Lança disse que é importante reconhecer que há serviços que têm de ser pagos e que a Câmara Municipal não pode, nem deve, ter todos os serviços à borla. ----------

Vanda da Encarnação Matias Fernandes perguntou como é que se coadunam as refeições que são distribuídas gratuitamente na Casa do Avô com o pagamento da taxa por parte dos utentes. ----------

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** explicou que relativamente ao alargamento de horário de funcionamento da Casa do Avô, e após conversa com os idosos, ficou acordado que a abertura diária do espaço seria antes das 9h00 e que os idosos, pelas 14h00, já mostram vontade de voltar às suas casas. Informou ainda que o valor das taxas foi previamente combinado com os utentes do espaço, que as refeições são servidas pela Santa Casa e pela Mão Amiga e que considera que todos os membros da Assembleia Municipal deveriam visitar os idosos. Acrescentou: *"Os idosos têm ali funcionários que dão o seu melhor. A PSP e a GNR acompanham os idosos a receber as suas reformas. Os utentes têm aulas de música, trabalhos manuais, ginástica. Tenho a certeza que lá são felizes."* ----------

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra da **CDU** e do **BE**. ----------

O **BE** leu e entregou uma Declaração de Voto. ----------

13.APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO NO ALDEAMENTO MONTE FINO, FREGUESIA DE MONTE GORDO; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal aprovada por **UNANIMIDADE** em reunião de câmara de 16 de fevereiro. ----------

Não se registaram intervenções. Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com a abstenção do **BE**. ----------

14. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO "CONCLUSÃO DAS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA EN 125". – Presente a Moção enviada pela bancada da CDU a esta Assembleia em 24 de fevereiro de 2016 e incluída na Ordem de Trabalhos. ----------

Vanda da Encarnação Matias Fernandes leu a Moção. ----------

Miguel Moreira da Costa disse: *"Somos todos a favor da requalificação da EN 125. No entanto, a Moção da CDU é manhosa e hipócrita. O texto é interessantíssimo mas há aqui uma lavagem. A primeira que aparece é que há uma parceria público-privada em 2009 para acabar as obras em 2011-2012 e os compromissos assumidos não aparecem. A partir de 2011-2012, todos sabem que a responsabilidade é do PSD/CDS cinco vezes. A requalificação da 125 neste concelho foi feita à conta da administração camarária PSD, à semelhança da rotunda de Cacela, tantas vezes reivindicada pelos outros partidos políticos. Todas as obras megalómanas do Governo anterior e que endividaram o país não são aqui referidas. No final*

desta moção, os eleitos da CDU deveriam era solicitar a abolição das portagens e a conclusão rápida da EN 125. Espero, quando chegar o Verão, sejam organizadas as mesmas manifestações contra as portagens à porta de quem for o 1º Ministro de Portugal nessa altura. Eu estarei convosco!"----------

Vanda da Encarnação Matias Fernandes dirigindo-se a **Miguel Moreira da Costa** disse que antes da construção da rotunda de Cacela, a CDU fez bastantes manifestações para que a mesma fosse feita. ----------

Carlos Manuel de Almeida Lança opinou que a CDU poderia ter mandado construir a rotunda de Cacela quando esteve na Câmara Municipal. ----------

Vanda da Encarnação Matias Fernandes acrescentou que os deputados são livres de votarem a proposta como entenderem e que para votarem contra podem argumentar como quiserem, e acrescentou: *"O que pedimos é que as obras se concluam pelo bem de todos os Algarvios"*. Referiu ainda que o PSD, na última Assembleia votou contra a Moção de abolição das portagens apresentada pela CDU, ao que **Miguel Moreira da Costa** respondeu que a bancada do PSD votou favoravelmente essa moção e que sempre admirou a coerência da CDU entre aquilo que fazia e que dizia e que agora isso deixou de acontecer. ----------

António Manuel Cipriano Cabrita opinou que não é com moções que se conseguem resolver certas questões e que nas Assembleias Intermunicipais a CDU leva imensas moções que não representam nenhuma melhoria nos assuntos, sendo uma perda de tempo. ----------

José Manuel Modesto Dourado disse ser importante relembrar o deputado **António Cabrita** que, desde as últimas eleições, já foram apresentadas em Assembleia Municipal duas moções sobre as portagens, uma do BE que mereceu a votação favorável do PSD e outra da CDU, à qual o PSD votou contra e perguntou-lhe se está a sugerir que as moções terminem. A terminar a sua intervenção afirmou que qualquer grupo político é livre de apresentar as suas moções e cada um é livre de votar como quiser. ----------

Colocada a votação, a proposta **NÃO FOI APROVADA** com os votos contra da bancada do **PSD**. ----------

15. APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. ----------

Não se registaram intervenções. ----------

Passou-se ao período de intervenção do público. Registaram-se as intervenções de **Jorge Monteiro** e **Paulo Manuel**. ----------

Jorge Monteiro disse que a Associação de Comerciantes do Algarve pediu a suspensão do pagamento de portagens no Carnaval e na Páscoa e afirmou não concordar com a retirada do pagamento das portagens. Falou de questões pessoais que envolvem a CPCJ e a Polícia Judiciária e informou ser comentador criminal da Rádio Guadiana. Afirmou que o Presidente da Câmara Municipal terá de resolver uma situação que irá ser apresentada à Comunicação Social e que ele próprio tem a decorrer contra uma agente da PSP. ----------

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** perante as questões apresentadas referiu que o munícipe deveria apresentar estas situações por escrito. ----------

Paulo Manuel manifestou-se contra o facto de o público só poder falar no fim das Assembleias. Disse querer entregar o abaixo-assinado de 1800 assinaturas a pedir que seja feito um referendo sobre a implementação dos parquímetros. Disse não ter "cor política", que não é contra o PSD mas é contra as medidas tomadas por este executivo autárquico. Afirmou ter excelentes relações com a Vice-Presidente da Câmara Municipal e com os deputados António Cabrita e Ricardo Cipriano e que como cidadão tem o direito de se manifestar contra qualquer situação que não lhe pareça favorável para os munícipes. ----------

A **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** submeteu a minuta desta Ata a votação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE.**----------

---

Não havendo mais nada a tratar, a **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos. ----------

A Presidente da Mesa
da Assembleia Municipal,

(Maria do Rosário Papafina Proença)

O Primeiro Secretário,

(Miguel Moreira da Costa)

CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Saudação

8 de Março - Dia Internacional da Mulher

No próximo Mês de Março mais concretamente no dia 8, comemoram-se 159 anos do acontecimento que deu origem ao dia internacional da mulher. Em 1857 operárias de uma fábrica têxtil em Nova Iorque, desencadearam uma luta sem tréguas, pela redução do horário de trabalho, contra a discriminização salarial e a exploração desenfreada a que estavam sujeitas.

A resposta do patrão, provocando um incendio na fábrica levou a morte algumas das operárias. A data passou a ser comemorada pelo mundo fora por organizações de mulheres que desabrochavam e revindicavam a igualdade e direitos.

Anos mais tarde em 1910, numa conferência em Copenhaga, por proposta de Clara Zeitkin este dia transformou-se num dia de ação, na defesa da dignidade e emancipação das mulheres, pela igualdade e o progresso, contra as descriminações e as injustiças.

O 25 de Abril de 1974 trouxe com ele um conjunto de direitos que proporcionaram passos alargados na luta pela emancipação das mulheres, conquistas civilizacionais importantes, transformadas em letra de lei inscritas na Constituição da Republica Portuguesa, que por elas continua a ser preciso lutar, para que passem a constituir uma prática de cada dia.

Os eleitos da CDU nesta Assembleia Municipal, saúdam o dia Internacional da Mulher e exortam todas as mulheres nomeadamente as mulheres do Concelho de Vila Real de Santo António, a continuar a sua luta por direitos e pela igualdade de género, que é simultaneamente um valioso contributo para a luta mais geral, que temos que continuar a travar para revitalizar Abril e **construir um Portugal livre democrático e soberano.**

Vila Real de Santo António, 29 de Fevereiro de 2016

Os eleitos da CDU

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Saudação

40ºAniversário da Constituição da República e 42ºaniversário da Revolução de Abril

Aproximam-se duas datas marcantes da nossa história contemporânea, datas que simbolizam o início de um novo rumo para Portugal, após um longo período, 48 anos de total ausência de liberdade, de imposto obscurantismo, de perseguições, de prisões, de torturas, chegando até há eliminação física de quem ousava enfrentar o tenebroso regime fascista e lutar pela liberdade e pela democracia.

O 25 de Abril de 1974 e a Constituição da república de 1976, fruto da Revolução dos Cravos, uma e outra data constituem não só marcantes pedaços de história, como o início de uma nova era de liberdade e de construção da democracia, reconquista de direitos dos trabalhadores e do povo, abrindo caminho para a justiça social.

A estes dois importantes pilares-mestres do edifício do regime democrático, juntaram –se outros tantos, que proporcionaram avanços civilizacionais de uma enorme importância e significado; de entre eles destacava a descolonização devolvendo aos povos colonizados o direito à autodeterminação e independência, o fim da guerra colonial e a construção do Poder Local Democrático.

É nesse enquadramento, Poder Local Democrático em que este Órgão Autárquico se insere, que os eleitos da CDU saúdam estas duas marcantes datas e recomendam que no âmbito do Município de Vila Real de Santo António, envolvendo todos os Órgãos Autárquicos, Assembleia Municipal, Camara Municipal e Freguesias, se programem e desenvolvam ações que envolvam as coletividades e associações do concelho, comemorando digna e adequadamente a Constituição da Republica Portuguesa de 1976 e o 25 de Abril de 1974.

Vila Real de Santo António, 29 de Fevereiro de 2016

Os eleitos da CDU

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: *Apreciação e votação de procedimento de hasta pública para arrendamento para fins não habitacionais de três imóveis no centro histórico de VRSA.*

O Bloco de Esquerda defende a necessidade de reabilitar edifícios e de revitalizar os centros históricos das cidades. A melhor forma de o fazer é através da fixação da população residente, na medida em que assegurará um tecido social forte em contraponto à especulação privada. Do mesmo modo, o uso público dos vários edifícios situados em centro histórico contribuirá sempre para a não descaracterização desse centro e, também, para o livre e igual acesso de todos e de todas aos espaços de um Município.

Assim sendo, a proposta que é remetida pelo Executivo a esta Assembleia Municipal caminha em sentido oposto, já que pretende entregar a privados, através de um arrendamento por trinta anos, o uso de imóveis que são propriedade do Município. A consumar-se, o centro histórico de Vila Real de Santo António caminhará para a sua descaracterização, por via das alterações das dinâmicas próprias da composição do local. Tais dinâmicas favorecerão apenas os grupos económicos do sector turístico, em detrimento do usufruto público de toda a população.

Relembre-se também que a zona histórica de VRSA conta já com o Hotel Guadiana que, de acordo com o executivo camarário, será transformado num "hotel de charme". Ao invés de procurar mais unidades hoteleiras naquela zona, por que razão não busca o executivo outras soluções, reabilitando ditos imóveis e criando, por exemplo, uma Casa da Juventude? Questões como esta (e outras) refletem visões radicalmente distintas sobre como deve ser uma cidade, e, ao mesmo tempo, como deve a mesma ser pensada. Para o Bloco de Esquerda, qualquer alteração importante que afete o nosso concelho e a nossa cidade, e neste caso o centro histórico, deveria passar iniludivelmente pela participação da população.

Pelos motivos apresentados, o Bloco de Esquerda vota contra.

Vila Real de Santo António, 29 de Fevereiro de 2016

José Dourado

Ponto 5

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

Declaração de voto

Delegação de Competências nas freguesias

A CDU decidiu abster-se na proposta de transferência de competências e respetivo financiamento pelas seguintes razões:

Verifica-se que o PSD na câmara municipal persiste na política de não levar até às últimas consequências as potencialidades de descentralização nas freguesias.

Esta posição do PSD é facilitada pela atitude dos seus eleitos nas próprias freguesias, por não se mostrarem dispostos a assumir mais responsabilidades na prestação de serviço público.

Todavia é positivo que continuem, mesmo que mitigadas, a existir competências descentralizadas, ainda que muito abaixo do seu possível alcance, para bem das populações abrangidas por cada uma delas.

Esta declaração de voto abrange as propostas apresentadas para as freguesias de Monte Gordo, Vila Nova de Cacela e Vila Real de Santo António.

Vila Real de Santo António, 29 de Fevereiro de 2016

Os eleitos da CDU

Pontos 7, 8 e 9

CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

DECLAÇÃO DE VOTO

Sobre a constituição de agrupamento de entidades adjudicantes e alteração do procedimento de concurso público internacional para a prestação de serviços de recolha de residuos

Na última reunião desta Assembleia, os eleitos da CDU apresentaram a sua reprovação a um conjunto de medidas desencadeadas pelo executivo PSD onde se incluíam a concessão dos serviços habitualmente designados por águas e resíduos, que abrangem o abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos urbanos.

Estes serviços foram desde 1976 a 1993 uma responsabilidade exclusiva da administração local do Estado, sendo a sua gestão controlada por órgãos democraticamente eleitos e orientada para a prestação de um serviço público.

A prestação dos serviços de proximidade, entre os quais os serviços de águas e resíduos, insere-se desde o 25 de Abril num movimento geral de democratização da sociedade portuguesa, em que o envolvimento dos cidadãos nas questões que lhes dizem respeito contribui para o enriquecimento da democracia.

Em 1993, o Governo Cavaco Silva alterou a Lei de Delimitação dos Setores, abrindo aos privados, a captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, a recolha, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, e a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Passados 6 dias sobre esta decisão, com o Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro, o Governo do PSD – que, na realidade, apenas pretendia criar mais uma área de negócio para os grandes interesses privados – consagrou o regime legal de gestão e exploração dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, criando os sistemas multimunicipais do Sotavento Algarvio, Barlavento Algarvio, Área da Grande Lisboa, Norte da Área do Grande Porto e Sul da Área do Grande Porto. Os utilizadores, ou seja, os municípios, no caso de sistemas multimunicipais, ou qualquer pessoa singular ou coletiva, no caso da distribuição direta integrada em sistemas multimunicipais, foram pressionados a se ligar a estes sistemas.

A abertura dos serviços de águas e resíduos aos privados, através de concessões, foi confirmada, desde 1993, com a sua gradual entrada na gestão e exploração dos serviços de águas e resíduos.

O anterior Governo PSD/CDS, teve sempre como objetivo acelerar o processo de entrega dos serviços de águas e resíduos aos privados, que sem assumirem riscos, obtêm elevadas taxas de rendibilidade garantidas por via do esforço do Estado e dos consumidores, num negócio ruinoso para o Estado e para os portugueses.

A privatização ou concessão dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, bem como dos serviços de tratamento de resíduos sólidos urbanos, provocam a degradação da qualidade dos serviços e agravam as assimetrias no acesso aos serviços, principalmente através do aumento dos preços para satisfação dos lucros das empresas concessionárias.

Na União Europeia, os serviços de água são exclusivamente públicos na Dinamarca, Irlanda, Luxemburgo, Holanda e Áustria. Na Holanda, o Parlamento aprovou em novembro de 2004 uma lei

que veda ao sector privado o acesso aos serviços de abastecimento de água, a tendência desde 2003 tem sido a remunicipalização, por imposição das populações.

A título de exemplo, refere-se que nos últimos 15 anos houve pelo menos 180 casos de remunicipalização em 35 países, na Europa, Américas, Ásia e África, grandes cidades que remunicipalizaram são Accra (Ghana), Berlim (Alemanha), Buenos Aires (Argentina), Budapest (Hungria), Kuala Lumpur (Malásia), La Paz (Bolívia), Maputo (Moçambique) e Paris (França), porque a gestão privada dos serviços de água conduziu à degradação da qualidade do serviço público, à falta de transparência, à falta de investimento nas infraestruturas, ao aumento de custos operacionais, ao aumento das tarifas, à destruição de postos de trabalho, à retirada de direitos aos trabalhadores e à degradação ambiental.

Como já afirmámos, os leitos da CDU entendem, que estes serviços devem ser política e democraticamente controlados, sujeitos ao interesse público e às necessidades da população e do País.

Assim como o fizemos anteriormente votamos contra esta proposta, reafirmando que o Municipio deveria manter os seus sistemas com total capacidade de decisão a nível local, admitindo colaborações pontuais, e exigindo que sejam assegurados os meios financeiros indispensáveis para a concretização dos investimentos em falta, para melhorar a eficiência dos sistemas, ao contrário do que o executivo PSD pretende fazer, concessionando por décadas, com a inerente dificuldade de reversão do processo, num caminho para a efectiva privatização dos serviços, que esvazia a Câmara Municipal das suas competências.

Esta medida atinge outra proporção pelo arrastamento no município de Castro Marim para esta estratégia que, a médio prazo dará mais argumentos aos que no passado já se bateram pela peregrina ideia de extinção ou fusão de municípios no Baixo Guadiana.

Para a CDU, o que faz todo o sentido é que a gestão dos serviços públicos da competência da autarquia continue a ser feita por administração direta, com a distribuição do trabalho por todos os eleitos, a participação dos trabalhadores e das populações, pois esta é a única forma de garantir que o produto da economia local não vá parar ao desperdício ou ao aumento dos lucros do sistema financeiro.

Vila Real de Santo António, 29 de Fevereiro de 2016

Os eleitos da CDU

Ponto 10

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: *Apreciação e votação da minuta de acordo para constituição de agrupamento de entidades adjudicantes e alteração ao procedimento do concurso público internacional para prestação de serviços de recolha de resíduos.*

O Bloco de Esquerda é radicalmente contra qualquer medida que visa entregar a privados a gestão de serviços municipais. Os serviços públicos de recolha de resíduos e de limpeza devem permanecer sempre na esfera pública. Uma câmara municipal não deve nunca privar-se das suas competências de gestão pública dos serviços municipais, no caso concreto da recolha de resíduos sólidos urbanos, resíduos verdes, lavagem de contentores e limpeza urbana, de praias e de ribeiras. Foi uma das conquistas de Abril e da democracia. Compete aos eleitos democraticamente, assim como às populações, gerir os serviços públicos municipais.

Este executivo camarário de maioria PSD (com a igual participação do Município de Castro Marim) revela, com estas propostas de entregar a privados o que é de todos, a sua identidade e o seu objetivo último, a saber, a privatização dos serviços municipais e a alienação de património. Um objetivo estratégico que é favorável aos grupos financeiros e não aos trabalhadores e à população em geral. Os munícipes continuarão acorrentados a uma dívida cruel e sujeitos ao pagamento de taxas e tarifas municipais nos seus valores máximos.

O voto do Bloco de Esquerda é contra.

Vila Real de Santo António, 29 de Fevereiro de 2016

José Dourado

Ponto 10

Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António

DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: *Apreciação e votação do regulamento municipal de funcionamento da Casa do Avô.*

O Bloco de Esquerda considera que a Casa do Avô, sendo um equipamento coletivo que visa prestar apoio social à população idosa e mais vulnerável, não deveria aplicar qualquer taxa.

Por esse motivo, o Bloco de Esquerda vota contra este Regulamento.

Vila Real de Santo António, 29 de Fevereiro de 2016

José Dourado

Ponto 12